

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ATUARIAIS

Constanza Gonzalez Gagliano

Análise das políticas públicas brasileiras de combate à pandemia Covid-19

SÃO PAULO

2022

Constanza Gonzalez Gagliano

Análise das políticas públicas brasileiras de combate à pandemia Covid-19

Monografia apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção do título de BACHAREL em **Economia** sob a orientação da Professora Doutora Maria Cristina Sanches Amorim.

SÃO PAULO

2022

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Gonzalez Gagliano, Constanza
/ Constanza Gonzalez Gagliano. -- São Paulo:
[s.n.], 2022.
41p. il.; cm.

Orientador: Maria Cristina Sanches Amorim.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Graduação em Ciências Econômicas, 2022.

1. Pandemia Covid-19. 2. Políticas Públicas. 3.
Grupos Sociais . 4. Medidas Econômicas. I. Sanches
Amorim, Maria Cristina. II. Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Trabalho de Conclusão de
Curso para Graduação em Ciências Econômicas. III.
Título.

CDD

Banca Examinadora

À comunidade da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo pelo apoio permanente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos meus professores do curso de Ciências Econômicas que estiveram presentes no meu aprendizado e desenvolvimento, tanto pessoal como profissional, através de seus ensinamentos e experiências; em especial a minha orientadora, pelo acompanhamento e apoio durante os últimos 18 meses para a elaboração e conclusão desta monografia, com seus conhecimentos.

Agradeço também aos meus pais, por todo o apoio e compreensão na minha jornada e nessa etapa tão importante da minha vida, dando suporte em cada decisão.

RESUMO

GONZALEZ, Constanza. **Análise das políticas públicas brasileiras de combate à pandemia**

Esta monografia objetiva apresentar a análise das políticas públicas para combater as consequências da pandemia de Covid-19, que por sua vez, acentuou as desigualdades econômico-sociais, principalmente entre os brasileiros em situação de extrema pobreza, para os quais os governos federal, estaduais e municipais não oferecem o suporte básico necessário. A análise do material selecionado mostrou políticas econômicas e sociais insuficientes, particularmente para a parcela vulnerável da sociedade. Apesar do expressivo gasto público, a população mais vulnerável se viu à deriva, visto que as políticas públicas pré-existentes à pandemia estão sendo desmontadas no atual governo e os problemas estruturais não foram solucionados. A metodologia utilizada na monografia foi o método indutivo-dedutivo, com respaldo em fontes bibliográficas e documentais.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Covid-19. Desigualdade social. Vulnerabilidade.

ABSTRACT

This monograph aims to present the analysis on public, social, and economic policies to combat the consequences of the Covid-19 pandemic, which in turn have accentuated economic-social inequalities, especially among Brazilians in extreme poverty, for whom the federal, state, and municipal governments do not provide the necessary basic support. The analysis of the selected material showed insufficient economic and social policies for the vulnerable part of society. Despite the expressive public spending, the most vulnerable population found itself adrift, since the policies that existed before the pandemic were being dismantled by the current government and the structural problems were not solved. The methodology used in the monograph was the inductive-deductive method, supported by bibliographic and documentary sources.

Key words: Public policies. Covid-19. Social inequality. Vulnerability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Orçamento da Saúde 2008 a 2021 (Portal da Transparência do Governo, 2021).....	24
Figura 2 - Desemprego no Brasil (Empresa Brasileira de Comunicação, 2020).....	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BEm	Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IOF	Imposto para Operações Financeiras
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEI	Microempreendedor Individual
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuos
SUS	Sistema Único de Saúde
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. HIPÓTESE.....	14
3. OBJETIVO.....	14
3.1 Objetivo geral.....	14
3.2 Objetivos específicos.....	14
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
4.1 Políticas públicas.....	16
4.2 A pandemia.....	20
4.3 Medidas econômicas.....	25
5. CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

1. INTRODUÇÃO

Políticas públicas são ações governamentais para responder às diferentes demandas da sociedade com o objetivo de garantir os direitos dos cidadãos e aliviar os problemas recorrentes de um país. De acordo com Capella (2018, p. 14), “desde o início, os estudos em políticas públicas foram dedicados à investigação dos problemas enfrentados pelos governos.” O Brasil, dessa forma, é um país no qual é de grande relevância implementar políticas públicas, uma vez que possui altos índices de desigualdade e pobreza.

O objetivo desta monografia é mostrar e analisar as políticas públicas de combate à pandemia do coronavírus no Brasil.

As políticas que mais se aproximam das necessidades cotidianas são as sociais, que envolvem saúde, educação, transporte, saneamento básico e segurança. No Brasil, essas políticas, em especial, intensificaram-se a partir da Constituição de 1988, quando foi estabelecido pela lei a igualdade no acesso a esses serviços. Como afirma Rodrigues (2008, p.8) “No Brasil, é apenas no final da década de 1980 e início da década de 1990 que a temática da avaliação das políticas públicas intensifica-se, assumindo um papel de destaque nas administrações públicas da América Latina”.

Em 2022, segundo ano em que a pandemia está presente no Brasil, constata-se que o atual governo brasileiro do Presidente Jair Messias Bolsonaro, abandonara desde que assumira o poder, as inversões necessárias às políticas públicas sociais. De acordo com a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) (2021), a crise provocada pela Covid-19 impactou de maneira mais profunda e negativa a vida da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, provocando aumento nos níveis de pobreza, visto que essas pessoas não têm acesso à moradia, água potável, segurança no trabalho e saúde pública, fazendo com que sejam mais suscetíveis a desenvolver a doença. Consequentemente, os membros das classes C, D e E são os mais atingidos e com o índice de mortalidade mais alto na sociedade. De acordo com o *The Economist*, no começo de 2020, percebeu-se que as epidemias tendem a ser menos letais nos países democráticos, devido à grande e livre divulgação de informações (Santos: 2020, p. 24)

A presente monografia objetiva mostrar as políticas públicas adotadas no Brasil para combater o novo coronavírus. Trata-se de avaliar a relevância destas em um momento de colapso epidêmico, se as medidas emergenciais adotadas pelos governos federal, estadual e municipal foram capazes de preparar o país neste período de crise após a reforma trabalhista e

previdenciária dos governos Temer e Bolsonaro ter retirado a maior parte dos direitos sociais básicos da população em situação de vulnerabilidade. (GADELHA; 2019).

A pandemia do novo coronavírus trouxe à tona uma questão que comumente é deixada de lado: a fragilidade de cada país. Na América Latina, a crise evidenciou problemas que já eram banalizados e enraizados em cada país, como a falta de investimento em setores básicos para o bem-estar da sociedade. À vista disso, as políticas públicas, por constituírem uma relação entre Estado e população e que afeta tanto ricos como pobres, deveriam ter sido implementadas de maneira mais decisiva, capazes de darem soluções em momentos de instabilidade. Com o objetivo de evidenciar a importância das políticas públicas para a contenção do vírus, Hanusch et al. (2020, p.56) afirma: *“As políticas internas de contenção, que são essenciais para retardar a propagação do vírus, adicionaram outro choque imediato ao desempenho econômico.”*

Ao tratar dos problemas públicos, fala-se das carências vividas pela sociedade, as quais se relacionam diretamente com essas políticas, uma vez que são uma tentativa de intervenção para redução desses problemas, que abrangem questões relacionadas à saúde, desemprego, moradia, falta de água e saneamento, violência e educação. O Coronavírus, portanto, trouxe à tona duas crises paralelas: a econômica e a sanitária, e acabou por expor todos esses problemas novamente. Desse modo, a evolução da pandemia e seus impactos estão completamente vinculados, onde somente a coordenação das políticas seria necessária para amenizar esse colapso. A América Latina, em específico, vem sofrendo com um desafio sério: os países possuem problemas de baixo financiamento e pouca articulação, que acabam por limitar as respostas de acordo com as políticas públicas, conforme Pires (2017, p. 8)

No Brasil, pode-se analisar uma esfera à parte, as tensões vividas pelos governos: os gastos econômicos estão inteiramente associados ao isolamento social, uma vez que muitas pessoas ficaram desempregadas e outras tiveram redução de salário. A situação levou o Legislativo a pressionar o governo federal para pagar auxílio emergencial, renda mínima durante período estabelecido, além da alocação de outros recursos.

Qualquer quarentena será sempre discriminatória, sendo mais difícil para alguns grupos sociais do que para outros (SANTOS. Idem, 2020, p. 45). Não tem sido diferente no Brasil. Em um primeiro momento, o Governo Federal tornou necessário a garantia um piso mínimo de renda para as famílias que carecem de recursos para se sustentarem, aprovado pelo Congresso; além de dar solução para os setores fiscais, econômicos e financeiros com o objetivo de proteção

aos trabalhadores informais e empresas e priorizar o melhoramento do sistema público de saúde.

A pandemia do novo coronavírus não somente deflagrou duas crises de extrema relevância como deixou transparecer a vulnerabilidade do país. Primeiro, a crise social, decorrente das consequências das reformas trabalhistas no governo Temer, mas que se agravaria em decorrência do necessário isolamento social; segundo, a própria pandemia, que agravaria e tornaria visíveis as carências educacionais e sanitárias da população mais precarizada do país.

Segundo a OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde (2020) a pandemia do novo Coronavírus surgiu no final do ano de 2019, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, China, tratando-se de uma nova cepa do Covid-19; e que mais para frente as autoridades chinesas confirmaram se tratar de um novo tipo de Coronavírus.

O primeiro caso do novo Coronavírus no Brasil foi confirmado em fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo. E em março de 2020, de acordo com a Agência Brasil (2021), a OMS declarou a situação vivida pelo mundo, como pandemia; e logo em seguida, o Governo Brasileiro decretou estado de calamidade pública no país.

O presidente Jair Bolsonaro, em março de 2022, mais de dois anos após o começo da pandemia em território nacional, informou que o governo federal deve alterar o *status* de “pandemia” para “endemia” até final do mês, sendo essa uma decisão complexa que abrange diversas questões, como o avanço da vacinação, as novas variantes *ômicon* e *deltracron* e o número de mortes decorrentes da enfermidade. A diferença entre endemia e pandemia é que, no *status* endêmico, as doenças recorrentes se manifestam com frequência em uma determinada localidade, mas que a população e os serviços de saúde já estão preparados. Entretanto, de acordo com o médico e professor da Universidade Federal do Espírito Santo, Thiago Sarti (2020), o impacto que a Covid-19 causou no mundo é incomparável com as outras endemias vivenciadas no Brasil, como por exemplo da dengue e febre amarela, em que a população e os serviços de saúde estavam preparados para lidar com essas enfermidades; sendo o Sistema Único de Saúde (SUS) nossa maior arma de defesa.

Diante das pesquisas realizadas no decorrer do trabalho, em relação à economia, muito afetada e pela condição sanitária e social, muitas pessoas sofreram com a perda de seus empregos, e conseqüentemente de sua renda, devido ao isolamento social necessário, devido à alta transmissão do vírus, perdendo contato com familiares e amigos.

Durante a pandemia, as pessoas estavam sofrendo uma crise econômica e sanitária dentro de suas casas, sem quase nenhum suporte, desamparadas pelo governo, devido à alta do desemprego e a situação insalubre que viviam dentro de suas moradias (como falta de tratamento de esgoto e água potável).

O Coronavírus testou e devastou o sistema de saúde mundial, posto que nenhuma outra doença havia sobrecarregado o aparelho desse modo. Pode-se observar que não se trata somente de uma crise de saúde ou sanitária, é também uma crise econômica e humanitária. Segundo a economista Monica de Bolle (2020), deve-se enfrentar a crise analisando quem serão as pessoas mais afetadas, com políticas sociais voltadas para a grande maioria da população, que desde 2020, ou antes mesmo, encontra-se em estado vulnerável.

Estudar e analisar a fundo o tema de políticas públicas requer o reconhecimento de que essas são significativas para entender o desenvolvimento tanto social como econômico de um país. Assuntos como desigualdade e pobreza no Brasil são problemas estruturais e enraizados na sociedade, serão resolvidos quando ocorrer a implementação de políticas de Estado que sanem as necessidades da população. REF

Para a realização desta monografia foi utilizado o método indutivo-dedutivo, com respaldo em fontes bibliográficas e documentais. A pesquisa apresenta características qualitativas, baseada em conceitos e ideias de natureza explicativa, uma vez que a proposta é entender como as políticas públicas, além de garantirem os direitos dos cidadãos, também amenizam as dificuldades enfrentadas por uma parcela da população, bem como no entendimento que a não implementação de políticas públicas acentua desigualdades em período de pandemia.

A monografia, portanto, encontra-se organizada em três capítulos, além desta introdução e da conclusão.

Capítulo 1º: Aborda o conceito de políticas públicas e de que forma, aquelas voltadas principalmente aos setores sociais e econômicos, se desenvolveram nos últimos anos.

Capítulo 2º: Apresenta o contexto da pandemia do Covid-19 e quais são os grupos sociais mais afetados pela falta de inversão nas políticas públicas necessárias, e os desafios que vêm sendo enfrentados pelas camadas mais pobres, em momentos de crises e abalos, tanto econômicos como na área da saúde.

Capítulo 3º: Visa esclarecer quais foram as medidas econômicas realizadas pelo Governo e como a pandemia do Covid-19, e conseqüentemente sua crise econômica e sanitária, desestabilizou a população mais vulnerável no Brasil.

O pressuposto da monografia é a fragilidade das políticas públicas e a redução de investimentos do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais para as camadas mais vulneráveis da população brasileira. Sabemos que se não houvesse ocorrido desmonte nas políticas sociais a partir de 2016, aprofundadas pelas reformas trabalhista e previdenciária, a população, durante o período da crise sanitária não teria sofrido tanto, teria havido respaldo maior por parte das autoridades.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Políticas Públicas

CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas são ações, programas e decisões governamentais que pretendem responder às diferentes demandas do corpo social, com o objetivo de garantir os direitos dos cidadãos e aliviar os problemas recorrentes de um país, além de serem relevantes no processo de entender o desenvolvimento econômico de uma sociedade. De acordo com Capella (2018, p. 14), “desde o início, os estudos em políticas públicas foram dedicados à investigação dos problemas enfrentados pelos governos.”

Tais políticas estão vinculadas às ações do Estado, embora nasçam das demandas decorrentes da sociedade como um todo. Além de serem um conjunto de normas administrativas, as quais são determinadas pelo governo, são também uma manifestação de conflito de interesses. A política em si advém de uma dada manifestação, pretendendo definir uma situação ideal para todos. Para entender a política pública e seu papel, deve-se entender, em um primeiro momento, o problema público, que têm como definição a carência ou excesso de uma sociedade, um mal do organismo social; ou seja, a manifestação. Já num segundo momento, vê-se a definição dessa política, como uma tentativa de intervenção para redução de um problema social; a situação ideal. REF

De acordo com Capella (2016), foi possível observar uma expansão dos estudos acerca do tema de políticas públicas nas últimas décadas, para a compreensão tanto de fenômenos político-sociais, como a Reforma do Estado pós-88, além do Estado com seu papel de consolidar a expansão das carreiras públicas. A autora afirma ainda que diversos autores nacionais indicam que as políticas públicas surgiram através de uma subárea da ciência política nos Estados Unidos.

Para Smith e Larimer (2009, p. 4), “a política pública é resposta a um problema percebido”, e, para Dye (1975), têm-se diversas definições sobre o tema em que elementos frequentes são encontrados para descrevê-las, como: enfoque em aspectos para resolução de problemas, com estabelecimento de soluções e objetivos, implementação de decisões e, tais políticas envolvem uma escolha de fazer ou não, por parte do governo.

A consolidação dos estudos das políticas públicas no Brasil está diretamente relacionada às mudanças vividas pela sociedade brasileira, e deu-se a partir de duas fases, segundo Melo (1999), baseada, num primeiro momento, nas transformações das políticas sociais, e, no debate acerca de questões mais administrativas. Tal momento revelou um entendimento para o novo

tipo de Estado e governo, em que buscavam uma melhor racionalização da administração pública. A racionalização da governança fez com que as políticas públicas fossem mais justas, equitativas, além de mais bem planejadas; em que a elaboração de programas devesse ter problemas e objetivos definidos para que pudessem ser implementados. REF

As transformações observadas, especificamente na área de políticas sociais voltadas para a área da saúde e educação, mudaram o rumo das pesquisas de políticas públicas na virada do século; visto que, em 1990 o país experienciou o processo de formulação de um projeto de descentralização, com foco nas políticas sociais. As análises, na primeira década de 2000, voltaram-se para políticas setoriais: área da saúde, educação, participação e assistência social. Já a partir de 2010, os estudos consolidam-se à incorporação de análises sobre debates e processos de produção das políticas públicas, dado um crescimento importante da literatura internacional acerca do tema. REF

Saravia (2007) apresenta em seu trabalho o conceito de política pública, que pode ser definida como um fluxo de decisões públicas, que visa ações destinadas a manter ou não a realidade de vários setores da vida social, definindo objetivos de alocação e atuação dos recursos. Considerada também como um conjunto de estratégias, as quais referem-se a diversos desejados por um grupo, com a finalidade de consolidação da democracia, manutenção do poder e do equilíbrio social, justiça social e bem-estar da sociedade. Adicionalmente, cita as características dessas políticas, que possuem componentes comuns: institucional, que é elaborada por uma autoridade formal; decisório, que representa um conjunto de decisões relativos à escolha de fins e meios para responder problemas e necessidades; comportamental, um curso de ação e não somente uma decisão única; causal, os produtos de ações possuem efeitos no sistema político e social. Já na visão de Thoenig (1985), alguns elementos podem caracterizar a política, os quais são: conjunto de medidas concretas e decisões de alocação de recursos; deve estar inserida em um 'quadro geral de ação'; deve ter um público-alvo; e tem de apresentar uma definição obrigatória de metas a serem atingidas, essas definidas em função de normas e valores.

A política pública é integrada em um conjunto de políticas governamentais, que constitui uma contribuição setorial na busca do bem-estar coletivo. As instituições, por sua vez, desempenham um papel essencial e decisivo para a configuração da política, haja vista que somente entendendo o papel da organização para compreender como as políticas são modeladas em seu processo. REF A política pública então, por ter como objetivo o estudo do problema

decisório governamental (Bucci, 2008), engloba diversos ramos do pensamento humano, como Ciências Sociais e Política, Economia, Ciência da Administração Pública.

Em síntese, Birkland (2010) cita alguns elementos que são encontrados nas definições dessas políticas: são feitas em nome do “público”, geralmente iniciadas pelo governo e implementadas por atores públicos e privados. As políticas públicas são o resultado da atividade política e requerem ações e estratégias destinadas a implementar os objetivos e demandas.

Segundo Souza (2006), o processo de formulação da política pública, para que seja eficaz e se concretize, deve cumprir um ciclo com cinco fases que se interligam. O primeiro passo surge a partir da formação da agenda, em que os atores públicos estabelecem quais serão as questões tratadas. O segundo, dado às questões pré-estabelecidas, apresenta as ações e alternativas a serem tomadas para solucionar os problemas. A terceira fase se dá pelo processo de decisão; é quando se define as alternativas de intervenção para responder os problemas definidos anteriormente, além de decidir qual será o procedimento a ser adotado. A quarta etapa ocorre quando tal planejamento é implementado; e a aplicação, monitoramento e controle são determinados. A quinta e última fase do ciclo é o momento crucial para a política pública, que é a avaliação, a qual leva em consideração as funções cumpridas pelas políticas e seus impactos, estabelecendo assim, sua eficácia e sustentabilidade das ações.

Afirma ainda, que a abordagem dos processos se encontra no processo orçamentário, e tal planejamento citado acima deve ocorrer de acordo com os recursos, que geralmente são escassos, sendo necessário selecionar prioridades na fase da Agenda. A política, dessa forma, demanda a repartição desses recursos, levando a transferências dos mesmos a um setor da sociedade para outro. Nos últimos anos, as políticas brasileiras não estão de acordo umas com as outras, e suas ações têm sido divididas, pois os programas desenvolvidos foram criados por atores públicos que não agem conjuntamente.

Em um breve histórico, a política pública surgiu a partir de três teorias fundamentais, conforme Dallari cita em seu livro “Elementos de teoria geral do Estado” (2013): desde sempre houve a existência do Estado e da sociedade; o Estado constituiu-se para satisfazer as necessidades do grupo social; e o conceito de Estado pode ser visto como histórico e concreto, o qual nasceu dada a soberania. Quanto aos motivos do surgimento, o autor afirma que, como o Estado baseia-se em contratos que almejam o bem-estar da sociedade, o sujeito acaba por realizar tais acordos, com o objetivo de um interesse comum; e é a partir disso que nascem as ações sociais.

A função do Estado vivenciou diversas transformações com o passar do tempo; e um de seus principais objetivos entre os séculos XVIII e XIX era a segurança pública. Com a expansão da democracia, a promoção do bem-estar social também se tornou um objetivo importante. Para que isso ocorresse, os governos contaram com as políticas públicas, com base em metas e ações. No Brasil, tais políticas, em especial, se intensificaram com a mobilização de suas formulações no período da Era Vargas, através da instalação do Estado Nacional-Desenvolvimentista. Este período foi de extrema relevância para a implementação das políticas, pois o Governo em questão contribuiu amplamente na proteção e segurança aos trabalhadores; já que, anteriormente, as jornadas de trabalho eram exaustivas e os recrutamentos não eram realizados por meio de concursos públicos. REF

Outro momento histórico vivido pelos brasileiros ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980, quando o Estado, além de desenvolver a economia do país, também assumiu o papel de promotor do bem-estar social, realizando transformações nas áreas econômicas e sociais. Já, a partir da Constituição de 1988, foi efetivada a igualdade no acesso a esses serviços; conforme Rodrigues (2008, p.8) menciona: “No Brasil, é apenas no final da década de 1980 e início da década de 1990 que a temática da avaliação das políticas públicas intensifica-se, assumindo um papel de destaque nas administrações públicas da América Latina.”

O tema em questão vem sendo construído desde os anos 1930. Dentro da literatura econômica, pode-se observar um dos principais fundadores das políticas públicas, e que fez uma importante contribuição teórica sobre o tema: H. Laswell. O autor introduziu a análise de política pública nos anos 1930, em seu livro “*Politics: Who Gets What, When, How*”, em conjunto com a expressão *policy analysis*, com o objetivo de alinhar o conhecimento acadêmico junto às ações governamentais; estabelecendo, assim, um entendimento entre os cientistas sociais e o governo. Além de Laswell, outros autores descreveram e analisaram as políticas públicas; como H. Simon, Lindblom e Easton. O primeiro trata sobre a racionalidade limitada dos *policy makers* em seu livro “Comportamento Administrativo” em 1957, dada a falta de informação, por exemplo; tal racionalidade pode ser maximizada criando regras e estruturas. C. Lindblom comparou as teorias de Laswell e Easton em “*The Science of Muddling Through*” (1959), e entendeu que as políticas públicas necessitam incorporar novos elementos para sua formulação, como o papel das burocracias e das eleições. Já D. Easton definiu em “*A Framework for Political Analysis*” (1965) que tal política é uma relação entre resultado, formulação e ambiente, a qual recebe *inputs* de grupos de interesse e partidos.

4.2 A Pandemia

CAPÍTULO 2 – A PANDEMIA

As políticas públicas vêm sendo muito discutidas no momento devido a pandemia do novo Coronavírus. O mundo todo enfrenta, há mais de um ano, um cenário muito complexo no que diz respeito, principalmente, à economia e à saúde da população. Assim sendo, uma programação de tais políticas, por meio de medidas que reduzissem desigualdades deveria ter sido implantada e repensada, uma vez que o SUS atualmente enfrenta um colapso nunca visto na história do Brasil; em que grande parte dos brasileiros não possuem acesso a uma condição estrutural de autocuidado, como saneamento básico, além de não terem proteção para trabalhadores, garantias de educação para as crianças e transporte acessível, de acordo com os índices do Portal da Transparência do Governo e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.

Países que possuem indicadores socioeconômicos, como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Renda Per Capita e taxa de desemprego em níveis equilibrados, apresentam menores níveis de desigualdade e a população não está deixada à deriva. Dessa forma, pode-se observar que em tais países a pandemia teve menores efeitos, visto que os governos focaram no controle dela, dando direcionamentos à sociedade. Exemplo disso são locais que possuem alto contraste socioeconômico, e que respeitam a ciência e a vida de suas populações. De acordo com estudos de especialistas da Organização Mundial da Saúde (2020), países com tais contrastes como Cuba, Islândia, Nova Zelândia e Austrália promoveram um rigoroso isolamento social, ampliaram a capacidade hospitalar e viabilizaram o auxílio financeiro para indivíduos e pequenas e médias empresas.

Em uma entrevista à BBC (2021), Elizabeth King, professora de saúde global da Universidade de Michigan, EUA, compara as estratégias feitas por alguns governos para conter a pandemia e confirma algumas medidas eficazes contra o Coronavírus, como o *lockdown*; esclarecimento de informações direcionado ao povo, uso de máscara e álcool em gel; além das políticas sociais voltadas para as pessoas e pequenos negócios, para que pudessem cumprir as regras do distanciamento social. A estratégia de combate ao coronavírus em território brasileiro não pode ser considerada como modelo a ser seguido para conter uma pandemia, visto que o Governo do Presidente Jair M. Bolsonaro mostrou um enorme desprezo pela ciência, além de tratar a situação com total negacionismo e desinformação. Para tentar conter uma maior desigualdade que seria acarretada pela crise do Covid-19, o Governo Federal (2020), informou que a medida de proteção social, de renda mínima, seria criada para garantir a aproximadamente

70% dos brasileiros uma renda para sobreviver durante esse período, devido ao desemprego e ao isolamento necessário; sendo este composto inicialmente por parcelas de R\$600. O valor varia de acordo com cada perfil de família, pago em parcelas, e a estimativa é que quarenta e cinco milhões de brasileiros recebam o pagamento em 2021. Tal benefício foi destinado aos cidadãos com mais de 18 anos, famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais, beneficiários do Programa Bolsa Família, trabalhadores informais e microempreendedores individuais (MEI) e contribuintes individuais da Previdência Social, segundo a Revista Sociedade e Estado (2021, p. 669). Já os Governos Estaduais, como exemplo do Estado de São Paulo, então conduzido pelo ex-prefeito Bruno Covas e o governador João Doria, decretaram medidas para controlar as infecções pelo Covid-19, como estimular o isolamento social adiantando alguns feriados, com o objetivo de restringir a aglomeração de pessoas; promoveram o toque de recolher em alguns horários do dia; fechamento de serviços não essenciais e redução de horário de trabalho para serviços essenciais.

O financiamento do sistema público do Brasil é demasiadamente baixo, e os recursos não são alocados devidamente. Temporão (2021, p.31), ex-ministro da saúde do governo Lula, afirma que *“a saúde é uma política social fundamental para a melhoria da condição de vida, mas também é ao desenvolvimento econômico, produção de riqueza, inovação, crescimento e emprego de qualidade”*. Tais políticas devem ser integradas para que o sistema opere devidamente. A questão do Brasil, a se tratar das últimas décadas, é a desigualdade, tanto social, como na área da saúde; entretanto, a participação da saúde no orçamento público não aumentou, e isso fez com que a infraestrutura e o apoio financeiro fossem limitados; desse modo, uma criação de sistemas mais eficazes de redução de custo e aumento de qualidade é necessária.

No setor de transporte público, o Brasil encontra-se com baixa inversão, devido ao sobrecarregamento do espaço, fluxo limitado e uma pequena oferta de frotas nas cidades. Além do mais, o planejamento, operação e manutenção do transporte, por parte dos Estados não são eficientes, e devem ser analisados. Exemplo disso, é o que mostra o diretor de Inovação do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Pernambuco (BANDEIRA; 2020), *“Temos o passageiro achando que paga caro por um serviço ruim, o operador insatisfeito com a remuneração que recebe diante dos custos que tem, e o gestor público sofrendo com o desgaste político”*. Os dados da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (2021), apresentam que os sistemas de todo o país estão beirando a falência após um ano da pandemia do Covid-19; visto que concentram prejuízos de mais de onze bilhões de reais devido a redução das receitas e demanda das pessoas que utilizam tais serviços.

Do ponto de vista domiciliar, grande parte da população residente das regiões Norte e Nordeste se encontra em uma situação precária, visto que apresenta um enorme déficit habitacional. A Fundação João Pinheiro, em uma pesquisa, demonstrou que mais de 15 milhões de habitações apresentam problemas com infraestrutura, que não contam com abastecimento de água potável ou energia, sistema de esgotamento sanitário e lixo; faltam quase 6 milhões de casas para a população; e a pandemia somente evidenciou que a extrema pobreza do país continua crescendo. Têm-se de um lado, os programas “Minha Casa e Minha Vida” e “Casa Verde Amarela”, que foram criados com o objetivo de ampliar o estoque de moradias, atendendo assim, necessidades habitacionais da população; porém, do outro lado, famílias estão perdendo sua capacidade de compra e aluguel de domicílios. Com a crise sanitária, as pessoas têm mais dificuldades em se cuidar e respeitar o isolamento, pois não possuem uma infraestrutura básica dentro de suas casas.

Com a crise decorrente da pandemia e os indicadores do mercado de trabalho, como expectativa em relação ao mercado e situação atual dos negócios e suas tendências, a população ficou desesperançada; dado que, para conter a contaminação do vírus, as empresas junto ao Governo Federal, tiveram que adotar medidas como suspender contratos, reduzir a jornada de trabalho e adotar o modelo de teletrabalho. No trimestre encerrado em janeiro de 2021, a taxa de desemprego alcançou a incrível marca de 14,2%, atingindo pouco mais de 14 milhões de brasileiros, segundo IBGE (2021). Apesar de tais números, o contingente de pessoas trabalhando teve um aumento de 2%, comparada ao trimestre encerrado em outubro; e com isso, o nível de ocupação do país chegou a 48,7%, ou seja, aproximadamente 86 milhões de pessoas; porém, analisando tal nível, grande parte da população ocupada resulta dos trabalhadores informais.

Em termos filosóficos, segundo a revista *Âmbito Jurídico* (2005), a cidadania em Marx e Rousseau compreende o aspecto da vida em sociedade, sendo essa o conjunto de condições para realização dos direitos e a possibilidade de exercer deveres e direitos civis, sociais e políticos de uma sociedade. A promoção de cidadania exige políticas públicas compatíveis, por sua vez, definidas como ações que possibilitem a difusão dos direitos e deveres dos cidadãos, promovendo a proteção da minoria e da diversidade, o empoderamento da sociedade civil e a conscientização dos cidadãos no que diz respeito às ferramentas de promoção da democracia; conforme a Prefeitura do Estado de São Paulo (2021) informa.

A Constituição de 1988 caracterizou-se pela reforma estatal, tendo como foco as políticas públicas e a produção de ferramentas que examinam as necessidades

sociais; ela definiu metas para as ações governamentais e estabeleceu direções para garantir a cidadania e os direitos sociais. Tais direções concentraram-se em construir uma sociedade justa e livre, reduzir as desigualdades sociais, promover o bem-estar de todos e garantir o desenvolvimento do país. Assim sendo, as políticas públicas serviram de apoio para mediar a concretização dos direitos, consolidando a cidadania e a igualdade.

As políticas públicas são a condição para a para a efetivação de direitos sociais e da própria cidadania. Entretanto, os governos brasileiros não realizaram uma programação dessas políticas, para que as desigualdades de acesso fossem reduzidas. Pode-se citar, em decorrência da pandemia, indicadores que seriam essenciais para o enfrentamento da crise: uma campanha voltada a população com o objetivo de reduzir o contágio, com foco no distanciamento social; uso de máscara e higiene pessoal, como lavar bem as mãos; um contínuo monitoramento epidemiológico para conter a propagação da doença respiratória; planejamento do atendimento à saúde; e vacinação para todos os brasileiros, em que, segundo o canal de notícias G1, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) (2021) da Covid apontou que o Governo recusou onze vezes ofertas para a compra delas antecipadamente, garantindo assim, acesso as doses de diferentes empresas. Além desses indicadores, têm-se o apoio emergencial para desempregados, comerciantes informais e pequenas e médias empresas.

Conforme o enfermeiro Ricardo Rafael (2020, p. 4) afirma “frente às emergências de saúde pública...elevam-se as necessidades de investimento sem o acompanhamento orçamentário de médio e longo prazos”, seriam necessárias programações e inversões precisas para que não ocorresse um colapso na saúde, como o país presenciou nos primeiros meses de 2021, ou até mesmo, que os brasileiros não se encontrassem em situações de calamidade.

Dowbor (2020) comenta que o Brasil vive, desde 2008, e principalmente a partir de 2013, recessões econômicas, explicadas pelas implementações de medidas como o teto de gastos, que causou uma redução da capacidade de ação do SUS, retrocesso na Previdência, perda de direitos trabalhistas e o congelamento do Bolsa Família e salário-mínimo, que travaram a renda e o poder de compra da população, sem poder aceder aos bens de consumo. Foram tais ações que debilitaram a economia, pois, entre um período de 10 anos, de 2003 a 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou um crescimento médio de 4% ao ano, e a partir disso, observou-se uma redução de tal crescimento na ordem de 3,5%, entre 2015 e 2016; e em 2020, um crescimento de apenas 1%, segundo o canal de notícia G1 (2021).

A conjuntura acima apresentada, juntamente com a fragilização do sistema de saúde, impactou drasticamente sobre a propagação do novo vírus, agravando a vulnerabilidade do país como um todo; de acordo com os dados do Portal da Transparência do Governo Federal. Pode-se analisar tal instabilidade através dos números do orçamento da saúde, dado que, segundo o canal de notícias G1 (2019), ano pré-pandemia, por exemplo, o orçamento para a área da saúde foi de R\$122,2 bilhões, com um crescimento de 38 bilhões em 2020, primeiro ano de pandemia no Brasil. Para o ano de 2021, foi previsto disponibilizar R\$125,8 bilhões, em que o Conselho Nacional de Saúde afirma que o SUS merecia mais que o que foi ofertado, já que há uma emergência sanitária no sistema, que deve ser tratada. De acordo com o canal Coffito do Governo (2021), em 2008, ano da crise imobiliária, o orçamento foi de R\$48,4 bilhões, o qual o presidente do Conass afirma que tal verba é somente metade do que seria necessário para ter uma capacidade de resposta significativa. Com tal análise feita, percebe-se que a verba destinada para o Sistema de Saúde brasileiro nunca foi o bastante para suprir as necessidades que a população brasileira precisa.

Figura 1 – Orçamento da saúde 2008 a 2021

Orçamento da Saúde: Gastos em Ações e Serviços Públicos de Saúde (nos últimos anos)	
Anos	Em bilhões (R\$)
2008	48,4
2019	122,2
2020	160,9
2021	125,8

Fonte: Portal da transparência do Governo, 2021.

Assim sendo, a pandemia evidenciou uma fragilidade total nas políticas sociais. Como Dowbor (2020, p.) afirma em uma publicação original no site Outras Palavras, “*Nosso problema não é pobreza, e sim desgoverno. Ou, para dizê-lo de maneira hoje atualizada, é falta de governança, de fazer o conjunto funcionar.*” O Brasil se caracteriza pela falta de organização, no que diz respeito ao enfrentamento da pandemia.

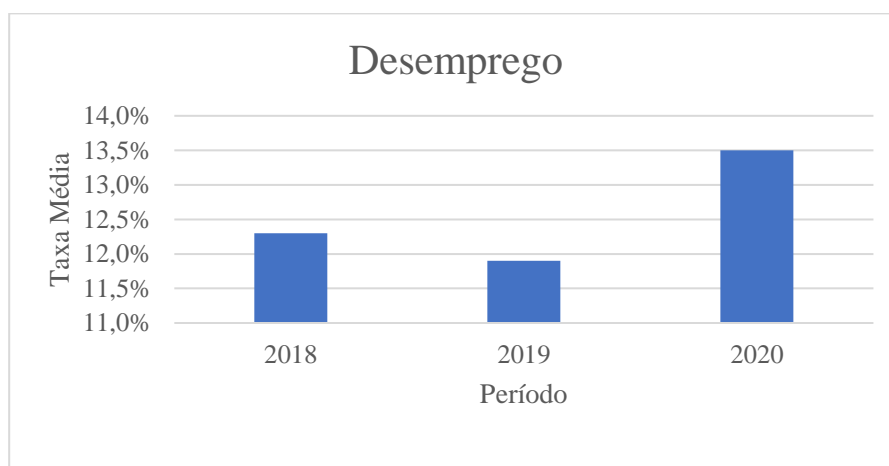
Na situação atual, não é possível proteger a economia, muito menos a população; e a única medida para conter o avanço da crise é que seja realizada uma organização social efetiva, amparando os que mais sofrem com o desemprego e falta de acesso a um bom sistema de saúde.

4.3 Medidas econômicas

CAPÍTULO 3 – MEDIDAS ECONÔMICAS

A crise sanitária decorrente da pandemia teve um impacto devastador para a população devido à alta transmissão do vírus, em que, num ritmo de contágio maior que 1, pode-se considerar descontrole do contágio, segundo a *Imperial College* (2021). A revista *Exame* (2020), afirma que uma pessoa contaminada pode infectar até seis pessoas, mas que, em condições epidemiológicas, como aglomerações e lugares fechados, essa pessoa pode chegar a contaminar mais de cem. Sendo assim, tornou-se imperioso o distanciamento social, implicando profundamente na economia; dado que, a população teve que conter gastos pois muitas pessoas tiveram seus salários reduzidos e até mesmo perderam seus empregos; além de muitos setores terem seus negócios encerrados. A figura abaixo ilustra uma elevação significativa na taxa média anual do desemprego nos últimos três anos:

Figura 2 – Desemprego no Brasil



Fonte: Empresa Brasileira de Comunicação, 2020.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2020) informa que os fatores de oferta e demanda explicam esse impacto negativo. Do lado da oferta, as cadeias produtivas foram afetadas com a descontinuidade do fluxo entre setores da economia, em níveis internacionais e nacionais; queda da produtividade, associada à redução de horas trabalhadas e pessoas desocupadas; aos efeitos físicos dos sintomas da doença e psicológicos devido o isolamento social e a perda de habilidades por conta da situação de desemprego.

No lado de demanda houve uma redução de 5,5% no consumo das famílias em 2020, ante 2019, de acordo com a CNN (2021), dado que muitas perderam sua renda, isso devido a principalmente três motivos: comércio privado, em que ocorreu a interrupção da produção dos insumos e bens finais; o investimento privado, relacionado à queda da rentabilidade (com

redução de 0,8% em 2020) e a redução da jornada de trabalho e dos salários em até 70% no ano de 2020.

O Programa “BEm” (Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda) foi instituído pelo Governo no começo do ano de 2020 para conter a calamidade instalada pela pandemia, no quesito mercado de trabalho, que autoriza as empresas a reduzir proporcionalmente tanto a jornada de trabalho como o salário do empregado, quando acordado, ou até mesmo suspender temporariamente o contrato de trabalho. Segundo o Jornal DCI (2021), o valor desse programa é o mesmo que o trabalhador teria direito no seguro-desemprego, variando entre R\$ 1.100 até R\$ 1.911,84, em 2021.

Já no quesito desemprego, a Empresa Brasileira de Comunicação (*site* oficial) registrou que, em 2020, a média foi de 13,5%, atingindo 13,4 milhões de pessoas, sendo a maior taxa registrada desde 2012, com um nível de ocupação na casa dos 49%. Com isso, de acordo com o IBGE (2021), muitas pessoas foram levadas à informalidade, devido ao fato desses trabalhadores terem perdido sua ocupação nos últimos anos ou até mesmo durante a crise instaurada em 2020, alcançando uma taxa de 38,7%, somando quase 40 milhões de pessoas (EBC, 2020).

Ao se tratar dos setores dentro da economia, o Ministério da Economia (2020) divulgou a lista daqueles que foram severamente afetados pela crise, inclusive ocorreram casos de encerramento de atividades, exemplo dos segmentos do turismo, salões de beleza, cinema, teatro e restaurantes, já que muitos perderam sua renda devido ao isolamento social, em que as pessoas tiveram que ficar em suas casas para conter a propagação da doença.

Desde março de 2020, quando a pandemia do novo Coronavírus se instalou no Brasil, os governos traçaram medidas econômicas voltadas à redução do impacto da crise para a sociedade. As medidas, de acordo com o Ministério da Economia e o Portal da Transparência, foram:

1 – Políticas de complementação de renda

Instauração do auxílio emergencial, disponibilizada em parcelas para trabalhadores informais e de baixa renda, micro e pequenas empresas e desempregados. A partir dos recursos federais destinados ao combate da pandemia, de acordo com o portal da transparência do Governo Brasileiro, o benefício emergencial de manutenção de emprego e renda teve um percentual de 7,69%, com um valor de mais de 41 bilhões de reais. Mesmo tal medida sendo extremamente necessária e correta, ainda assim não

reverteu a tendência da economia de 2020. O número máximo de parcelas no ano de 2020 foram nove, uma para cada mês, sendo as cinco primeiras no valor de R\$600 e as quatro últimas, R\$300, variando por pessoa. Já em 2021, o benefício foi reduzido para sete parcelas, sendo a última cobrada no mês de outubro, em que, um indivíduo recebe R\$150, uma família com mais de duas pessoas recebe R\$250, e as mães chefes de família, R\$375.

Complementação de salários para os trabalhadores que tiverem sua jornada de trabalho e remuneração reduzida.

Antecipação da segunda parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS.

Facilitação da **renegociação de operações de crédito** e liberação de verba para pequenos empreendedores; estímulo monetário e fiscal.

2 – Renúncia fiscal

Isenção do Imposto para Operações Financeiras (IOF) para operações de crédito.

3 – Adiamento de tributos

Prorrogação do **Imposto de Renda** para pessoas físicas.

Ampliação da lista de produtos que tiveram a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) zerada.

4 – Recursos orçados para o Ministério da Saúde

O **orçamento para o Ministério da Saúde** no ano de 2020, foi de R\$ 187,51 bilhões, enquanto para o ano de 2021, foram direcionados R\$ 180,54 bilhões.

5 – Proteção Social

Instauração do auxílio emergencial para pessoas em situação de vulnerabilidade, ocupando um espaço de 42,8% dos recursos federais destinados, o que representa o primeiro posto da lista, num valor de 231 bilhões de reais.

Transferência de renda, no valor de mais 369 bilhões de reais às famílias em condições de extrema pobreza.

6 – Saúde Pública

Em primeiro lugar na lista de despesas gastas, tem-se a instauração do **auxílio emergencial** para saúde pública, com despesas de 11,8%, representando mais de 64 bilhões de reais, ficando assim, em segundo posto, na lista de gastos dos recursos federais.

Transferência de dinheiro direto para educação básica, no valor de mais de 672 bilhões de reais (0,12%).

Apoio ao desenvolvimento da **educação básica**, no valor de mais de 2 milhões de reais.

Assistência ao estudante de ensino superior, no valor de mais de 33 bilhões de reais (0,01%).

Conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (2021), não é possível comparar o impacto econômico que o mundo vem sofrendo com a pandemia, a eventos como a Crise de 1929. O World Bank em 2020, informou que a pandemia do Covid-19 trouxe consigo a recessão mais profunda, quando comparada a crise imobiliária de 2008-2009 ou até mesmo a crise da dívida de 1980 da América Latina.

O contexto econômico no Brasil antes do vírus se instalar no país, em março de 2020, era de superação da crise de 2014-2017, motivada por choques de oferta e demanda, de acordo com Dowbor (2020). Logo, o país saiu da recessão econômica de 2015-2016, mas entrou em uma estagnação desde então. A partir de então, setores como construção civil e consumo deram sinais de vida, enquanto outros não tiveram tantos avanços, como investimentos em capacidade produtiva e indústria.

Já no mercado de trabalho, pôde-se observar um cenário não tão favorável desde 2016, tendendo cada vez mais à precarização dos empregos e informalização; em que afetou, sobretudo, as pessoas mais vulneráveis. De acordo com Krein e Borsari (2020), informaram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuos (PNADC), que o ano anterior ao início da pandemia no Brasil, terminou com um número de desempregados, aberto ou por desalento, na casa dos 16 milhões; junto a 6,7 milhões de pessoas subocupadas e quase 40 milhões de trabalhos informais. Ou seja, tal conjuntura não obteve melhora, conforme prometido, com as reformas trabalhista e previdenciária. Independente desta situação já vivida pelo país anteriormente, não se pode relacionar que o vírus é o único agente responsável por essa estagnação e piora no nível de emprego.

Conforme citado acima, o nível de emprego viu-se afetado a partir da crise instaurada no país de 2014, em que o vírus apenas agravou a situação, seguido de uma alta no desemprego, desalento e subocupação. Segundo a PNADC (ano), em março, a taxa de desocupação estava na casa dos 15%; além do que, o número de pessoas em idade ativa para trabalhar teve um aumento de 25% quando comparado ao ano anterior.

A pesquisadora do Grupo de Conjuntura do Ipea (ano) afirmou para a Agência Brasil que muitas pessoas deixaram de procurar emprego durante a pandemia por dois grandes motivos: medo do contágio, sabendo que a possibilidade era muito pequena de se conseguir trabalho naquela situação inicial, e, houve a criação do auxílio emergencial, que deu segurança a esse trabalhador para ficar em casa e ter algum meio de subsistência.

Para a teoria keynesiana, as políticas que têm como objetivo uma demanda efetiva de pleno emprego tem de abranger medidas para estímulo do investimento; em que este deve ser o único meio eficaz para aproximar a economia do pleno emprego, segundo Keynes (1936). A economia brasileira estava em recessão antes da pandemia. A teoria econômica da tradição keynesiana ensina que é imprescindível a ampliação dos investimentos públicos para a retomada do investimento privado e aumento do emprego.

O Governo Federal, desde então, vem negando tanto o vírus e conseqüentemente suas crises sanitária-econômica, como a eficácia das vacinas, que de acordo com o G1 (2021), negou onze vezes a compra delas; prolongou-se a necessidade do distanciamento social, agravando as condições de oferta. Tais repercussões políticas tendem a elevar os níveis de incerteza da população no geral e dos empresários. A oferta de vacinas atrasou, não houve testes em massa da população, o Ministério da Saúde desqualificou (propôs medicamentos ineficazes) e não coordenou a campanha no território nacional.

As políticas públicas, como já visto neste trabalho, são ações governamentais que têm como objetivo resolver um problema público, e promover o bem-estar da sociedade como um todo; afetando assim, a todos os cidadãos, independente de raça, nível social, sexo ou religião.

Dessa forma, tais políticas podem ser classificadas em quatro tipos, uma vez que todas possuem particularidades e objetivos distintos. Têm-se, primeiramente, as distributivas (comumente chamadas de políticas sociais), financiadas pelo orçamento público, com a finalidade fornecer serviços e equipamentos (por parte do Estado) para uma parte da população. Logo em seguida, as redistributivas, isto é, redistribuir bens, recursos ou serviços para uma parte da população (principalmente, o cidadão de baixa renda), financiada pelo orçamento de

todos, reduzindo a disparidade social. As regulatórias, com o objetivo de fiscalização e criação de leis para assegurar o bem comum. E, por fim, as constitutivas, que são aquelas políticas que distribuem e determinam a responsabilidade entre municípios, estados e o Governo Federal; além de regulamentar a própria política pública, ditando como, quando e por quem tais políticas devem ser criadas.

De acordo com a classificação apresentada, as políticas públicas de promoção e acesso aos bens e serviços de saúde são distributivas, e nessa categoria, está a política pública de saúde de enfrentamento à Covid-19. Pelo mesmo critério, as ações governamentais de renda mínima e demais benefícios econômicos também são distributivos.

Conforme apontado pelo IBGE (2020), os prejuízos, tanto financeiros como de saúde causados pela pandemia, pesaram muito mais sobre mulheres, negros e pobres; uma vez que apresentam um maior número na informalidade do trabalho e na precariedade nas condições de vida.

Ao olhar especificamente para o caso das mulheres, Pimenta (2020) afirma que elas são as mais afetadas em pandemias, endemias e epidemias. Isso devido à, principalmente, uma sobrecarga no cuidado exercido por elas, já que devem atender à família e gerir a casa, estando assim mais expostas ao vírus; além disso, há uma grande desigualdade no mercado de trabalho, em que o IBGE (2020) mostrou nos números de junho de 2020, que 18,3% das mulheres foram afastadas de seus cargos e de seus salários, enquanto 11,1% dos homens foram dispensados.

A partir disso, pode-se dizer que o impacto dos efeitos da pandemia para com esses grupos sociais não teria sido tão grande, se houvesse ocorrido a implantação correta e adequada de políticas públicas redistributivas para que possam atravessar os problemas básicos de sobrevivência, como saneamento básico, trabalho, moradia e saúde.

Para que esses grupos sociais possam enfrentar o momento de caos, como o caso da pandemia do Covid-19, é necessário recorrer a outros meios de ganhar dinheiro, uma vez que, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em agosto de 2020, mês mais agudo da crise, 1.366 brasileiros foram dispensados de seus trabalhos por hora. Como exemplo disso, esses grupos podem optar pelo trabalho informal como meio de obter rendas extras para levar à suas famílias; ou o corte de gastos como contas de água, luz, gás, alimentação básica, saúde, impostos e higiene.

Uma crise socioeconômica do tamanho da pandemia do Covid-19 abalou drasticamente as camadas mais vulneráveis da população, pois o governo federal não estava preparado para tal conjuntura, dada as mazelas sociais que temos no Brasil e a incapacidade deste governo de fazer funcionar o SUS. Uma vez que o país tem uma estrutura tão desigual, percebe-se que não investir no sistema público de saúde é sinônimo de caos.

Os brasileiros já tinham conhecimento de outras pandemias, como a H1NI que afetou o país em 2009, por exemplo, e epidemias como febre amarela, gripe espanhola e varíola; entretanto, não imaginaram que a onda do Covid-19 seria tão mais grave e letal, quando comparada às outras. A professora Ester Sabino, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) aponta que “Como não houve antes um impacto como o de agora, as autoridades pensavam que tinham ferramentas suficientes para lidar com um evento desse tipo” (2020). Além disso, ela informa que não houve plano nacional contra o vírus, em que os governos federal, estaduais e municipais trabalhassem em consenso, e que o presidente minimizou e criticou a pandemia, deixando, ainda mais, os cidadãos desamparados e com medo.

Os problemas econômicos, políticos e sociais são conhecidos há muitos anos. No âmbito econômico, queda do investimento e seu consequente desemprego, evidenciado na variação de -4,8% do PIB em 2020; desequilíbrio entre oferta e demanda de bens de primeira necessidade, principalmente alimentos que acumula aumento médio em torno de 40% em 12 meses, aumento generalizado da inflação acumulada em 10% nos 12 meses, acima da meta de 3%; crise hídrica e seu impacto no preço da energia elétrica; impacto da desvalorização do real frente ao dólar, (sendo a moeda com pior desempenho mundial em 2020, apresentando uma queda na casa dos 22% em relação à moeda americana), no preço do petróleo e seus derivados.

No cerne da questão política, durante todo o período em que o Brasil experienciou a pandemia e o distanciamento social, ocorreram inúmeras desordens políticas. Foi possível observar muitas desorientações acerca de como passar pela crise econômica e sanitária; muitas dúvidas a respeito dos governos federal, estaduais e municipais, uma vez que houve descompassos entre acordos; desconfiança no governo, já que, por um lado, o Presidente da República menosprezou a pandemia, dizendo, por exemplo, que era somente uma “gripezinha”, como também, tivemos atraso na compra das vacinas; não houve um plano contra o coronavírus; alienação política.

No âmbito social, as famílias brasileiras ainda não tinham se recuperado da recessão de 2015-16, a qual intensificou ainda mais a desigualdade no país, e a crise atingiu de forma mais

intensa para a camada mais vulnerável e pobre, Isso pode ser observado devido à, primeiramente, muitas pessoas perderem seus trabalhos e conseqüentemente suas rendas; e logo em seguida, o impacto econômico também se deve à efetividade das políticas elaboradas para combate do vírus, como por exemplo, o auxílio emergencial, que visa autônomos e desempregados, bem como os beneficiários do Programa Bolsa Família.

Ainda que tenha ocorrido a criação desse auxílio para ajudar na renda da população, logo no começo da pandemia em 2020, as principais vulnerabilidades ainda permanecem, visto que os níveis de desigualdade permanecem demasiado altos, como por exemplo, a estrutura de moradias nas comunidades e acesso a serviços essenciais, como água. Além disso, temos a questão psicológica, devido ao distanciamento social para retardar o contágio do vírus, a saúde mental foi extremamente afetada, não só dos brasileiros como todo o mundo, pois grande parte da população viu-se em casa, sem contato com as pessoas de seus trabalhos, e reuniões de amigos e famílias, fazendo com que a ansiedade, tristeza, preocupação, solidão, angústia, insegurança e incertezas com o cenário vivido, aumentassem.

Já na área da saúde, temos um cenário muito instável devido, principalmente, à insuficiência de investimento nos serviços de saúde, conforme os números mostrados, como o orçamento, além da dificuldade no acesso por camadas mais pobres da população; falta de programa de vacinação, e falta de testes em massa no começo da pandemia. Observa-se uma fraqueza estrutural do SUS, em que apresenta infraestrutura fraca; com uma capacidade muito desigual em todo o país, em que conquistas, como a aprovação do teto de gastos em 2016 e a reforma da previdência em 2019, se forem dar frutos, não tiveram tempo para dar frutos antes que a pandemia atingisse o país em 2020.

5. CONCLUSÃO

Políticas públicas são necessárias em quaisquer contextos políticos, econômicos, sociais e culturais, pois são elas que atuam sobre as causas dos problemas sociais setoriais nas quais o Estado deve ser o agente que resolva tais dificuldades. Nos países da América Latina, nos quais a renda é concentrada, as políticas públicas são fundamentais em períodos “normais”, e mais ainda durante crises, como a provocada pelo coronavírus.

A compreensão das políticas pública demanda apontar o que são, cenário, construção e desenvolvimento ao longo dos anos. Para a autora desta monografia, pesquisar uma crise de tamanha magnitude, como a provocada pela Covid-19, permitiu entender como tais políticas se comportaram e ainda se comportam, uma vez que estamos no processo de tornar a pandemia uma endemia, em um país que definitivamente sofreu e sofre muito com o surto do vírus e suas consequências sanitárias e econômicas. Permitiu compreender que, se de um lado há problemas estruturais provocados pela concentração da renda, de outro, medidas emergenciais são imprescindíveis para poupar sofrimento e óbitos – em maio de 2022, o Brasil registra 664 mil mortes (JHU CSSE COVID-19. Acesso em mai. 2022), quando conclusão desta monografia. Até porque as políticas públicas são em grande medida, os instrumentos para superar ou minimizar os ditos problemas estruturais.

As políticas públicas objetivam principalmente garantir direitos aos cidadãos, mitigando os problemas recorrentes de um país, como por exemplo, os econômicos e sanitários deflagrados pela pandemia do Covid-19. Tais políticas estão vinculadas às ações do Estado. Como vimos ao longo da monografia, a pandemia começou no final do ano de 2019, expondo a enorme fragilidade das políticas sociais brasileiras, o acirramento da crise econômica já em curso, perceptível em indicadores sobre o mercado de trabalho, moradia, transporte e saúde pública.

A pesquisa realizada mostrou que as políticas públicas brasileiras emergenciais para o combate à covid 19 não foram bem programadas e implantadas no começo da pandemia, em 2020. Perdeu-se a oportunidade de mitigar os custos do colapso geral em todas as áreas: sociais, econômicas e até mesmo política. Se tempestivas, poderiam ter ofertado os serviços de saúde, garantia tanto para trabalhadores quanto para micro e pequenas empresas, transporte adequado durante o período crítico de distanciamento social e medidas emergenciais para a moradia adequada.

Note-se, são dois problemas ocorrendo simultaneamente: a ineficácia com as políticas necessárias ao combate à covid 19 que por sua vez, intensificou os problemas estruturais causados pela concentração da renda. Não espanta que o impacto negativo da pandemia tenha sido mais severo na população de baixa renda.

Vários foram os obstáculos vividos pelos brasileiros nos dois anos de pandemia. Mesmo com um cenário recente e negativo que acompanha o país desde 2008/13, conforme apresentado, o colapso econômico-sanitário decorrente da crise somente agravou a situação.

Se os governos tivessem realizados investimentos suficientemente em políticas públicas, imprescindíveis para o enfrentamento da Covid-19 tais como, saúde, transporte público, subsidiar trabalhadores de baixa renda e desempregado, o Brasil não estaria vivendo uma crise tão intensa e grave e possivelmente teria sido atingido de uma forma mais amena. Isso é visto a partir de indicadores de cada setor. As ações do governo não conseguiram quebrar, por exemplo, o ciclo do desemprego: queda de renda – queda de consumo – mais desemprego.

Assim sendo, para superar a crise, seria imprescindível o planejamento, desenvolvimento e elaboração de políticas públicas. A pandemia do Covid-19 agravou a recessão econômica e exigiu ainda mais empenho nos programas de socorros dos governos. As pessoas já se encontravam em uma situação vulnerável antes de 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Vitor; BRASIL, Cristina Indio do. Taxa de desemprego no país fecha em 119 em 2019. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 31 jan. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-01/taxa-de-desemprego-no-pais-fecha-2019-em-119>>. Acesso em: 29 set. 2021.

AMITRANO, Claudio; MAGALHÃES, Luiz Carlos G. de; SILVA, Mauro Santos. *Medidas de enfrentamento dos efeitos econômicos da pandemia Covid-19: panorama internacional e análise dos casos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Espanha*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9978/1/td_2559.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

AMORIM, Daniela; LUNA, Denise; NEDER, Vinicius. IBGE: Consumo das famílias brasileiras cai 5,5% em 2020 ante 2019. *CNN Brasil*. 3 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/ibge-consumo-das-familias-brasileiras-cai-5-5-em-2020-ante-2019/#:~:text=No%20quarto%20trimestre%20de%202020,queda%20de%203%2C0%25.&text=O%20consumo%20do%20governo%2C%20por,7%25%20em%202020%20ante%202019>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

AS PIORES EPIDEMIAS que atingiram o Brasil. *Estadão*, 8 ago. 2020. Disponível em: <<https://summitsaude.estadao.com.br/desafios-no-brasil/a-piores-epidemias-que-atingiram-o-brasil/>> Acesso em: 27 out. 2021.

BIERNATH, André. O que muda na prática se Covid virar endemia? *BBC News*, 8 fev. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/02/08/o-que-muda-na-pratica-se-covid-virar-endemia.ghtml>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BLACKMAN, Allen *et al.* *A Política Pública de combate ao Covid-19: Recomendações para América Latina e o Caribe*. New York: BID/Banco Mundial, 2020. 46 p. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/A-politica-publica-de-combate-a-Covid-19-Recomendaces-para-a-America-Latina-e-o-Caribe.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL, Cristina Indio do. Desemprego registrou taxa média de 13,5% em 2020: Pandemia provocou a alta do desemprego no mercado de trabalho. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 10. mar. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/desemprego-registrou-taxa-media-de-135-em-2020>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

_____. Pandemia ainda provoca impactos no mercado de trabalho, diz IPEA. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jun. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-06/pandemia-ainda-provoca-impactos-no-mercado-de-trabalho-diz-ipea>>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL NÃO ESTÁ preparado para Coronavírus, mas SUS é nossa maior arma. *UFES*. 18 mar. 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.ufes.br/conteudo/brasil-nao-esta-preparado-para-coronavirus-mas-sus-e-nossa-maior-arma>>. Acesso em 06 ago. 2021

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. *Formulação de Políticas Públicas*. Brasília, DF: ENAP-Fundação Escola Nacional de Administração Pública. 2018. 151 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/Livro_Formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf>. Acesso em: 2 de out. 2020.

CASTRO, Demian *et al.* *Brasil e o Mundo diante da Covid-19 e da crise econômica*. Programa de Educação Tutorial (PET), Paraná. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portalfupr/wp-content/uploads/2020/07/Brasil-e-o-mundo-diante-da-Covid-19-e-da-crise-economica.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2020.

CEPAL. 2021. Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte#:~:text=e%20no%20emprego-,Pandemia%20provoca%20aumento%20nos%20n%C3%ADveis%20de%20pobreza%20sem%20precedentes%20nas,do%20que%20no%20ano%20anterior>>. Acesso em 29 abr. 2022.

CIDADANIA: Auxílio Emergencial garante renda mínima aos brasileiros durante pandemia. *Governo Federal*, 14 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/500-dias/noticias-500-dias/cidadania-auxilio-emergencial-garante-renda-minima-aos-brasileiros-durante-pandemia>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CORONAVÍRUS BRASIL. Página Inicial. 2021c. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2021.

CORONAVÍRUS: por que alguns países são mais eficientes que outros na luta contra a Covi-19. *BBC News*. 18 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-55704511>>. Acesso em 10 mai. 2021.

CORONAVÍRUS: qual a diferença entre pandemia, epidemia e infecção endêmica? *BBC News*, 11 mar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/coronavirus-qual-a-diferenca-entre-pandemia-epidemia-e-infeccao-endemica.ghtml>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

CPI DA COVID: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes oferta para compra de vacina. *GI Globo*. 27 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>>. Acesso em: 01 mai. 2022.

DATHEIN, Ricardo. Teorias econômicas e políticas contra o desemprego: uma avaliação das diferentes propostas. *Revista Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 16, n. 1 (27), p. 121-153, 2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11892>>. Acesso em: 10 out. 2020.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. *Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas, 2012.

EUFRASIO, Marcelo Alves Pereira. Filosofia do Direito: a cidadania em Rousseu e Marx. *Âmbito Jurídico*, São Paulo, 31 ago. 2005. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-22/filosofia-do-direito-a-cidadania-em-rousseau-e-marx/>>. Acesso em: 1 abr. 2022.

FILOSOFIA DO DIREITO: a cidadania em Rousseau e Marx. *Âmbito Jurídico*. 31 mai. 2005. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-22/filosofia-do-direito-a-cidadania-em-rousseau-e-marx/>>. Acesso em: 22 mai. 2021.

GADELHA, Nair d'Aquino Fonseca. *O Cavalo de Tróia das Políticas Sociais Brasil e Argentina: um estudo comparado das políticas públicas*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25102010-124225/en.php>>. Acesso em: 23 nov. 2020

GADELHA, Nair d'Aquino Fonseca; GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. Desigualdade estrutural, trabalho e gênero: A fronteira das diferenças. *Revista Pesquisa e Debate*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 82-97, 19 fev. 2020. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/47243>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

GOVERNO REEDITA MEDIDAS para conter efeitos econômicos da pandemia: Veja o que já foi anunciado. *GI*, 5 maio 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/05/governo-reedita-medidas-para-conter-efeitos-economicos-da-pandemia-veja-o-que-ja-foi-anunciado.ghtml>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

HANUSCH, Marek *et al.* *Covid-19 no Brasil: Impactos da Covid-19 no Brasil e respostas das políticas públicas*. Banco Mundial, jun. 2020. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/106541594362022984/pdf/COVID-19-in-Brazil-Impacts-and-Policy-Responses.pdf>> Acesso em: 29 out. 2021.

IMPERIAL COLLEGE: Taxa de transmissão da Covid-19 estabiliza em 1,04. *Poder 360*, 28 set. 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/imperial-college-taxa-de-transmissao-da-covid-no-brasil-estabiliza-em-104/>>. Acesso em: 29 set. 2021.

KEYNES, J. A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LAMEIRAS, Maria Andreia Parente; HECKSER, Marcos. Indicadores mensais do mercado de trabalho. *Carta de Conjuntura*, n. 55, abr. 2022. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/mercado-de-trabalho/>> Acesso em: 15 out. 2021.

LINHA DO TEMPO do Coronavírus no Brasil. *Sanar Saúde*, 19 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>>. Acesso em: 19 mar. 2022.

LOUREIRO, Rodrigo. Paciente com Covid-19 pode infectar mais de 100 pessoas em um só lugar. *Exame*, 3 nov. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/ciencia/paciente-com-covid-19-pode-infectar-mais-de-100-pessoas-em-um-so-lugar/>>. Acesso em: 29 set. 2021.

MATTA, Gustavo Corrêa *et al* (org). *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: Populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia*. Fundação Oswaldo Cruz, 2021. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/r3hc2/pdf/matta-9786557080320.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2021.

MARTINS, Mani. Et. al. Auxílio emergencial em tempos de pandemia. *Revista Sociedade e Estado*. Vol. 36. 06 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/xJ7mwmL7hGx9dPDthGYM3m/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 29 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. 2020. *Medidas econômicas voltadas para a redução dos impactos da Covid-19 (Coronavírus) — linha do tempo*. Ministério da Economia, 5 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. 2020. *Ministério da Economia divulga lista dos setores mais afetados pela pandemia da Covid-19 (Coronavírus) no Brasil*. Ministério da Economia, 15 set. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/ministerio-da-economia-divulga-lista-dos-setores-mais-afetados-pela-pandemia-da-covid-19-no-brasil>>. Acesso em: 04 abr. 2021

MOTTA, Fabrício; NETTO, José Frederico Lyra. Políticas públicas e pandemia: o papel da política. *Jota*, 14 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/politicas-publicas-e-pandemia-o-papel-da-politica-14062021>>. Acesso em: 27 out. 2021.

MULHERES SÃO MAIS AFASTADAS do trabalho por pandemia que homens, segundo IBGE. *Valor Online*, 23. jul. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/23/mulheres-sao-mais-afastadas-do-trabalho-por-pandemia-que-homens-segundo-ibge.ghtml>>. Acesso em: 25 out. 2021.

NERI, Marcelo; SOARES, Wagner. Desigualdade social e saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 18 (Suplemento), p. 77-87, 15 out. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csp/2002.v18suppl0/S77-S87/pt/>>. Acesso em: 19 ago. 2020. O QUE É UMA POLÍTICA PÚBLICA e como ela afeta sua vida. *Todos pela educação*, São Paulo, 2 maio 2021. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-e-uma-politica-publica-e-como-ela-afeta-sua-vida/>>. Acesso em: 26 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). 2020. *Histórico da pandemia de COVID-19*. 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos>>. Acesso em: 19 mar. 2022.

OS ESTUDOS DAS políticas Públicas no Brasil: Passado, Presente e Caminhos Futuros da Pesquisa Sobre Análise de Políticas. *Revista Política Hoje*. Vol. 25, n. 1. 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/Beatriz/Downloads/3710-8160-1-PB.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2021.

PANDEMIA X ENDEMIA: o pior da Covid-19 já passou? Entenda o cenário e o debate sobre a mudança de status. *GI*, 16 mar. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/03/16/pandemia-x-endemia-entenda-o-cenario-e-o-debate-sobre-a-mudanca-de-status.ghtml>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

PIORA DA PANDEMIA e seus impactos na economia. *Boletim Macro*. n. 117, mar. 2021. Disponível em: <<https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-03/2021-03-boletim-macro.pdf>> Acesso em: 15 out. 2021.

PROMOÇÃO DA CIDADANIA. *SPCine*. 22 dez. 2021. Disponível em: <<http://spcine.com.br/promocao-da-cidadania/>>. Acesso em 02 mar. 2022.

POLÍTICAS PÚBLICAS: o que são e como se constroem. *Inteligov*, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://blog.inteligov.com.br/politicas-publicas/>>. Acesso em: 26 out. 2021.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. 2020. *Orçamento da saúde em 2020*. Disponível em: <<https://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/10-saude?ano=2020>>. Acesso em: 29 set. 2021.

PROGRAMA QUE PERMITE redução de jornada de trabalho e de salário. *Governo Federal*, 14 out. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2020/10/programa-que-permite-reducao-de-jornada-de-trabalho-e-de-salario-e-prorrogado-ate-31-de-dezembro>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

PIRES, R. Estilos de implementação e resultados de políticas públicas: fiscais do trabalho e o cumprimento da lei trabalhista no Brasil. In: FARIA, C. A. (Org.). *Implementação de políticas públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. p. 260-297. Acesso em: 1 abr. 2022.

PIRES, R. (Org.). *Implementação de políticas e desigualdades*. Brasília: Ipea, 2017. (Boletim de Análise Político-Institucional, n. 13). Acesso em: 1 abr. 2022.

ROCHA, Lucas. Fiocruz explica como a pandemia atinge grupos mais vulneráveis no Brasil. *CNN Brasil*, São Paulo, 28 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/fiocruz-explica-como-a-pandemia-atinge-grupos-mais-vulneraveis-no-brasil/>>. Acesso em: 25 out. 2021.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. *Revista Avaliação de Políticas Públicas*, Fortaleza, v. 1-1, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.avalrevista.ufc.br/index.php/revistaaval/article/view/3>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *La Cruel Pedagogía del Virus*. Trad. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

SANTOS, Marta Ferreira. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do ‘campo de públicas’. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 959-79, nov./dez. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/0034-7612-rap-50-06-00959.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SILVA, Mygre Lopes da; SILVA, Rodrigo Abbade da. Economia brasileira pré, durante e pós a pandemia do Covid-19: Impactos e reflexões. *FAPERGS*, Rio Grande do Sul, p. 1-11, 19 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2020.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2020.

TREVISAN, Andrei; BELLEN, Hans van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, mai/jun. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2020.